

Vinte anos de crise (1919-1939): uma introdução ao estudo das relações internacionais.¹

Frederico Rios-Cury De Santos*

Edward Hallet Carr (1892-1982), historiador londrino, jornalista, diplomata e teórico das relações internacionais, delinea, em **Vinte anos de crise**, sua concepção do pensamento realista e idealista com base no ideal de ciência perfeita, aquela que conjuga o processo e o desejo de forma equilibrada. O “desejo” em questão, como se verá aqui, corresponde ao objetivo, à inspiração teórica dos autores, ao passo que o “processo” diz respeito à análise técnica, à adequação à realidade dos anseios utópicos. Diferentemente da interpretação de alguns autores, como Dunne (2007, p. 162), por exemplo, discordamos, pela exegese de **Vinte anos de crise**, do fato de que Carr possa ser qualificado como teórico do realismo. Na verdade, se Carr condena a utopia desmesurada dos idealistas, principalmente no contexto do entreguerras (os vinte anos de crise aos quais o autor se refere no título da obra), também condena o imobilismo pessimista dos realistas. O que pensamos ser o ponto central de Carr é a defesa do imperativo de se promover a sutura entre teoria e prática, utopia e realidade, desejo e processo na teoria das relações internacionais.

O pano de fundo utópico liberal contra o qual Carr se insurge é aquele que pressupõe uma harmonia de interesses natural entre as nações. Trata-se de pressuposto que guarda suas raízes no racionalismo filosófico do século XVIII e XIX. Bentham (1748-1832), arauto do utilitarismo, partiu do postulado de que a característica fundamental da natureza humana era a busca do prazer e a rejeição da dor. A partir daí, deduziu uma ética racional que definia o bem através da famosa fórmula “a maior felicidade para o maior número”, o que proporcionou uma confirmação plausível para a presunção “científica” de que o homem adaptar-se-ia, infalivelmente, à lei moral da natureza tão logo agisse racionalmente. O utilitarismo é uma doutrina, pois, baseada no racionalismo ético socrático², com roupagem do século dezoito, eminentemente intelectual e aristocrática, cujo critério é um despotismo esclarecido de filósofos, os únicos capazes de chegar à ideia de bem (p. 35), o que alimentou o credo liberal de que a opinião pública, se guiada pela razão, julgará qualquer questão corretamente e em harmonia. No plano da teoria das relações internacionais, a utopia liberal pode ser ilustrada com **The great illusion**, de Sir Norman Angell, que tentou convencer o mundo de que a Guerra jamais trouxe lucro, tratando-se meramente de produto de uma “falha de entendimento”. No plano econômico, o credo liberal da harmonia de interesses fez escola com o *laissez-faire* de Adam Smith, com o objetivo de remover o controle estatal da economia. Buscou-se demonstrar que se podia confiar no indivíduo, sem controle externo, para promover os interesses da comunidade, com a justificativa de que esses interesses eram iguais aos da pessoa particular. O que seria verdade para os indivíduos, tentou-se transplantar para o internacional: assim como os indivíduos, visando a seu próprio bem, inconscientemente promovem o bem de toda a sociedade, as nações servem a humanidade ao servirem a si próprias (p. 63).

A doutrina da harmonia de interesses não demora a ser invalidada já no final do século XIX. Começa a se colocar a transição entre a aparente harmonia e o visível choque de interesses entre as nações. No norte da África e no Extremo Oriente, houve uma correria das potências europeias para assegurar os poucos locais interessantes que permaneciam vagos. A emigração de europeus para a América assumiu dimensões nunca vistas. Na Europa, o antissemitismo reapareceu, após um longo intervalo, na Rússia, Alemanha e França. Na Grã-Bretanha, a agitação contra a irrestrita imigração

* Bacharel em Direito pela UFMG e pela Université Pierre Mendès France. Bacharel em Filosofia pela UFMG. Bacharelado em Letras pela UFMG. Especializando em Estudos Diplomáticos pelo CEDIN. Mestrando em Relações Internacionais pela PUC-Minas. E-mail: fredrios@ufmg.br.

¹ CARR, Edward Hallett. Vinte anos de crise (1919-1939): uma introdução ao estudo das relações internacionais. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora UnB, 2001.

² O racionalismo ético grego tem suas bases na doutrina socrática segundo a qual o mal e a injustiça são produtos nada mais do que da ignorância. Tal premissa pode ser encontrada, explícita ou implicitamente, em diversos diálogos socráticos. O racionalismo ético, contudo, guarda diferentes feições nas obras de Platão. Se na **República**, por exemplo, só o rei filósofo é capaz de praticar o bem, pois é o único a ter acesso ao mundo das ideias, depois de se libertar do mundo das sombras da caverna, em **Mênon**, por sua vez, Platão (travestido de Sócrates) chega à conclusão, com a teoria da reminiscência, de que qualquer um pode ter acesso ao sumo bem. Nesse diálogo, o escravo Mênon pôde

estrangeira começou na década de 1890 e a primeira lei controlando a imigração foi aprovada em 1905. Revelava-se a inconsistência do belo, porém falso, lugar-comum da doutrina anglo-saxônica das relações internacionais do século dezenove de que ninguém se beneficia prejudicando o próximo. O argumento não convencia os alemães, que se beneficiaram bastante com as guerras de 1866 e 1870, com a aquisição da Alsácia-Lorena da França, e que atribuíam seus mais recentes sofrimentos não à guerra de 1914, mas ao fato de a terem perdido (p. 72). Da mesma forma, os italianos não culpavam a guerra pelos seus prejuízos, mas sim a traição dos aliados, que os enganaram no acordo de paz. Os polacos e tchecoslovacos tributaram à guerra sua existência nacional, e os franceses reobtiveram a região da Alsácia-Lorena da Alemanha por causa do grande conflito.

Diante da evidência dos fatos históricos, que corroboram para a desconstrução da utopia liberal da harmonia de interesses, é que o realismo de concepções entra em cena. Se o realismo surge como doutrina das relações internacionais somente no século XX, suas inspirações, contudo, guardam origem antiga. Apesar da máxima "a justiça é o direito do mais forte" ter sido familiar no mundo helênico, foi o renascentista Maquiavel o primeiro importante realista político (p.86). Três são os princípios essenciais, implícitos na doutrina de Maquiavel, que são pedras angulares da filosofia realista. O primeiro deles é o pressuposto de que a história nada mais é do que uma sequência de causa e efeito, cujo curso se pode analisar e entender através do esforço intelectual, porém não, como os utópicos acreditam, dirigida pela "imaginação"³. O segundo princípio essencial é o que postula que a teoria não cria a prática, mas a prática é quem cria a teoria. O terceiro e último princípio essencial tem como base a política não em função da ética, mas sim a ética como função da política, já que, em uma chave realista de leitura, os homens mantêm-se honestos pela coação (p. 86).

O moderno realismo difere daquele de suas origens. Tanto a utopia quanto o realismo aceitaram e incorporaram às suas filosofias a crença no progresso do século XVIII, com o paradoxal resultado de que o realismo tornou-se, aparentemente, mais "progressista" do que o ideário utópico (p. 87). Enquanto a utopia liberal enxertou sua crença no progresso em um padrão ético absoluto, o realismo tornou-se cada vez mais dinâmico e relativizado. O realista demonstrou que as teorias intelectuais e os padrões éticos dos utópicos, longe de serem a expressão de princípios absolutos e apriorísticos, são historicamente condicionados, tanto frutos dos interesses e circunstâncias como armas forjadas para a defesa própria. O pensamento realista moderno, além de relativizado, é também pragmático, na medida em que consegue adequar meios a fins. As teorias raciais, antigas e modernas, por exemplo, pertencem a essa categoria, pois o domínio de um povo ou classe sobre outro é sempre justificado pela crença na inferioridade mental e moral do dominado (p. 90). O realista denuncia o utópico, que, na sua hipocrisia de proclamar valores absolutos para a humanidade, acaba incorrendo em um pragmatismo político, pois, quando prega a doutrina da harmonia de interesses, inocente e inconscientemente, veste seu próprio interesse com o manto do interesse universal a fim de impô-lo ao resto do mundo (p. 105). A doutrina da harmonia de interesses, então, para o realista, é o pressuposto de uma classe próspera e privilegiada, cujos membros têm voz dominante na comunidade e são, assim, propensos a identificar os interesses dela com os seus próprios, em excelente ilustração da máxima de Maquiavel, segundo a qual a moral é produto do poder⁴.

A crítica realista, apesar de consistente, guarda consigo certas limitações. O realismo, embora preponderante em termos lógicos, reconhece Carr, não nos dá as fontes de ação que são necessárias até mesmo para o prosseguimento do pensar (p. 105). De fato, a crença de que certos fatos sejam inalteráveis, ou certas tendências ir-

resolver um problema de ordem matemática sem nunca ter frequentado a academia, o que leva Sócrates a concluir que Mênon se lembrou de ter contemplado as ideias supremas de bem e de belo em vidas passadas. A tese, de inspiração órfico-pitagórica, fornecerá rico material para as doutrinas espiritistas do ocidente. Os gregos antigos ainda não conheciam o conceito de "vontade", o que só será elaborado na idade média com Santo Agostinho, em **Livre-Arbitrio**. O conceito de vontade permite-nos compreender como a ação ética não depende exclusivamente do conhecimento, mas também da vontade do agente. Assim, é perfeitamente concebível a prática consciente do mal.

³ Percebe-se aí o ranço pessimista/determinista da escola realista. Ora, se o curso da história se dá por uma relação necessária de causa e efeito, não há livre-arbitrio possível, pois, no mundo da necessidade (do que é e não pode deixar de ser), não há espaço para a liberdade, para a possibilidade de se mudar o curso da história pela intencionalidade das ações humanas.

⁴ A imposição do liberalismo econômico como valor pela Inglaterra, rainha dos mares durante a PaxBritannica do século XIX, não faz mais que corroborar com essa tese.

resistíveis, normalmente reflete uma falta de desejo, ou de interesse, em mudá-los ou resistir a ele. O realismo deixa de oferecer campo para a ação voltada para objetivos e significados. Nessa perspectiva, Carr reconhece o papel da utopia na edificação do saber, e, por isso, não pensamos ser de todo próprio enquadrá-lo como teórico do realismo, apesar de incorporar algumas de suas críticas. A filosofia de Carr está baseada em seu modelo de ciência perfeita, que promove a dialética entre desejo e processo. O objetivo, o desejo, precede o processo, a análise e a investigação metódica das ciências em geral. A utopia cumpre, então, o papel de fase preliminar, fundamental e complementar da análise científica, já que “o desejo é o pai do pensamento [e] a teleologia precede a análise” (p.11). O realismo será a tendência de pensamento representante do impacto do raciocínio sobre o desejo, marcando o fim da fase especificamente utópica (p. 14). Há que se temperarem os extremos promovendo-se a aglutinação entre utopia e realidade. Nas palavras de Carr, “há um estágio em que o realismo é o corretivo necessário da exuberância da utopia, assim como em outros períodos a utopia foi invocada para contra-atacar a esterilidade do realismo” (p. 14). Continua o autor, “o pensamento imaturo é predominantemente utópico e busca um objetivo. O pensamento que rejeita o objetivo como um todo é o pensamento da velhice. O pensamento maduro combina objetivo com observação e análise” (p. 15).

Carr associa o binômio utopia/realidade com as díades livre-arbítrio/ determinismo, teoria/prática, intelectual/burocrata, esquerda/direita e ética/política. A antítese utopia e realidade pode, em alguns aspectos, ser identificada com a antítese livre-arbítrio e determinismo, visto que o utópico é o porta-estandarte da liberdade, do voluntarismo, ao acreditar na possibilidade de se rejeitar a realidade e substituí-la por seu projeto de mundo, enquanto que o realista é o cientista da facticidade, do que está dado ou predeterminado, do domínio do imodificável, do necessário, por oposição ao contingente. Utopia e realidade são ainda muitas vezes associadas às figuras do intelectual e do burocrata. Se o intelectual é aquele treinado para pensar em termos apriorístico-racionalistas, ou seja, pretendendo fazer uso exclusivo da razão sem nenhum respaldo empírico, o burocrata se restringe ao empiricamente comprovável. O utópico, além do mais, é associado à imagem do radical de esquerda, e o realista, ao conservador de direita, pois, dada a visão pessimista e determinística da realidade do último, em modificações profundas do *status quo*. Na mesma linha de raciocínio, utopia e realidade se associam à ética e à política. O utópico estabelece um padrão ético que proclama ser independente da política. O realista, por sua vez, não aceita logicamente nenhum valor padrão, exceto o dos fatos. Por fim, a antítese utopia e realidade também pode coincidir com a antítese teoria-prática, posto que utopia e realidade se interpenetram no fazer científico, assim como acontece entre teoria e prática. Ora, sem a prática, a teoria torna-se estéril, e, sem a teoria, a prática torna-se alienante e sem significado.

Referências

- AGOSTINHO, Santo. **Livre-arbítrio**. Trad. Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.
- ANGELL, Norman. **A grande ilusão**. Trad. Sérgio Barth. Brasília: Editora Unb, IPRI, 2002.
- BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. Trad. Luiz João Baraúna. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise**: 1919-1939: uma introdução ao estudo das relações internacionais. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora UnB, 2001.

DUNNE, Tim et al. **International relation theories**: discipline and diversity. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PLATÃO. **Mênon**. Trad. Maura Iglésias. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2001

PLATÃO. **A República**. Trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.